



## **04 DE DEZEMBRO DE 2018**

### **Quarta-feira**

- REFORMA FATIADA PODE GASTAR CAPITAL POLÍTICO DE BOLSONARO, DIZ ECONOMISTA
- 'É DIFÍCIL SER PATRÃO NO BRASIL', DIZ BOLSONARO
- PROJETO DE LEI AUMENTA BUROCRACIA
- EMPRESÁRIOS PLANEJAM INVESTIR MAIS EM 2019
- FEBRABAN VAI APRESENTAR PROPOSTA DE REDUÇÃO DE SPREADS A BOLSONARO
- VERTICALIZAÇÃO NÃO É PROBLEMA E AJUDA A REDUZIR CUSTOS, DIZ FEBRABAN
- PARA BRASIL CRESCER MAIS, JUROS TÊM DE CAIR AINDA MAIS, DIZ FEBRABAN
- REFORMA TRIBUTÁRIA NÃO SAIRÁ DO PAPEL SEM APROVAÇÃO DA PREVIDENCIÁRIA, DIZ MEGALE
- MUDAR SISTEMA TRIBUTÁRIO NÃO É UMA TAREFA TRIVIAL, DIZ SECRETÁRIA DA FAZENDA
- SUBSÍDIOS E TRIBUTOS REPRESENTAM QUASE METADE DA CONTA DE LUZ, DIZ ASSOCIAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO
- PEDIDOS DE FALÊNCIA CAEM 23,4% EM NOVEMBRO ANTE OUTUBRO NO PAÍS, DIZ BOA VISTA
- COM REFORMA, DÍVIDA VAI A 81% DO PIB EM 2022
- PROFESSOR DO MIT DEFENDE NOVO CONTRATO SOCIAL PARA TRABALHADOR
- É TEMPO DE INFORMALIDADE E FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO NO PAÍS
- EDITORIAL: "TODOS CONTRA O TRABALHADOR
- THOMSON REUTERS VAI CORTAR 3,2 MIL EMPREGOS ATÉ 2020
- JORNADA DE TRABALHO MAIS CURTA É SAÍDA PARA ENFRENTAR O SUMIÇO DE VAGAS

- PROFISSIONAIS ESTÃO OTIMISTAS COM MERCADO DE TRABALHO, APONTA PESQUISA
- CONEXÃO ENTRE CANDIDATOS E VAGAS É MAIOR COM ALGORITMOS
- TEÓRICOS PROPÕEM IDEIAS PARA PROTEGER PESSOAS DA DITADURA DIGITAL DO SÉCULO 21
- MESMO BANCO NÃO PODE ATUAR EM TODOS OS ELOS DE CARTÕES, RECOMENDA COMISSÃO DO SENADO
- IPC-C1 (BAIXA RENDA) CAI 0,25% EM NOVEMBRO ANTE +0,53% EM OUTUBRO, DIZ FGV
- PIB DA CONSTRUÇÃO DEVE CRESCER 1,3% EM 2019, DIZ SINDUSCON-SP
- MERCEDES-BENZ VAI CONTRATAR ATÉ 600 TEMPORÁRIOS PARA FÁBRICAS
- AUDI VAI INVESTIR R\$ 61 BILHÕES EM CARROS ELÉTRICOS E AUTÔNOMOS
- FORD TEM QUEDA NA VENDA DE VEÍCULOS EM NOVEMBRO NOS EUA, MAS FIAT AVANCA
- VALE QUER ELEVAR PARA 95% A FATIA DAS VENDAS DO MINÉRIO DE ALTA QUALIDADE
- VW VAI LANÇAR SUA ÚLTIMA GERAÇÃO DE MOTORES A COMBUSTÃO EM 2026
- DEPOIS DE 5 ANOS, MERCEDES-BENZ REABRE 3º TURNO EM SÃO BERNARDO
- IMPORTADORES FICAM ABAIXO DA PROJEÇÃO DE 40 MIL UNIDADES
- RENAULT DO BRASIL DEFENDE A ALIANÇA COM NISSAN

CÂMBIO EM 04/12/2018		
	Compra	Venda
<b>Dólar</b>	3,875	3,876
<b>Euro</b>	3,388	3,389

Fonte: BACEN

### **Reforma fatiada pode gastar capital político de Bolsonaro, diz economista**

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

***Para especialistas, negociar propostas para Previdência em partes impõe risco político***

Economistas se dividem ao avaliar a proposta do presidente eleito Jair Bolsonaro de fatiar a reforma da Previdência e começar as mudanças pela adoção de uma nova idade mínima de aposentadoria.

Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute, em Washington, diz que fatiar a reforma significa gastar capital político várias vezes, o que, em sua avaliação, não faria sentido. "Para um governo que é virgem em negociação, me parece ser uma péssima ideia."

Bolle teme que, ao apreciar a idade mínima, o Congresso dê o assunto por encerrado e passe a se voltar para as agendas que interessam aos grupos que apoiam o futuro presidente, como a de costumes, cara à bancada religiosa.

Fabio Klein, especialista em contas públicas da Tendências Consultoria, afirma que a estratégia de natureza "procedimental" tende a ter efeitos mais negativos do que positivos, pois o governo correria o risco de perder o foco e, junto com ele, o esforço de mobilização.

No sentido contrário, Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados, diz que fatiar a proposta pode fazer sentido em um contexto no qual grandes mudanças podem gerar discussões intermináveis.

"Parece uma estratégia política e legislativa mais inteligente", diz Bichara.

Fábio Silveira, sócio da consultoria MacroSector, diz que a proposta faz sentido se as fatias aprovadas forem coerentes com o todo que se pretende aprovar. "Mas o mais importante é como esse todo será trabalhado com o desejo da maioria da população."

Para Silveira, se as mensagens do governo eleito continuarem sendo "atrapalhadas e confusas", há o risco razoável de o governo queimar o capital político em poucos meses. Para evitar esse desastre, afirma, cabe definir logo o que o governo central pretende economizar com os gastos previdenciários.

"O futuro governo tem a obrigação de ter esse número. E mais do que isso. Como pretende repartir esse sacrifício entre setor público e setor privado. Se essas referências não ficarem claras na largada, vamos ingressar num debate infinito, cujos danos podem ser enormes para o país", diz Silveira.

Bolle, do Peterson Institute, teme que a tentativa de passar a reforma em pedaços reduza a proposta à questão da idade mínima.

"E a idade mínima é só uma casquinha. A reforma da Previdência terá que ser muito mais do que isso se a intenção for reequilibrar as contas".

### **'É difícil ser patrão no Brasil', diz Bolsonaro**

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em mais uma defesa da flexibilização das leis trabalhistas, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, afirmou que, mesmo após a reforma da CLT, continua sendo difícil ser patrão no Brasil.

Em reunião reservada com deputados do MDB e do PRB, no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), o presidente disse que era "horrível" ser chefe no país, segundo afirmaram pessoas que estiveram no encontro.

"Alguns falam até que poderíamos nos aproximar de legislações trabalhistas como existem em outros países, como nos Estados Unidos. Eu acho que seria aprofundar demais, mas a própria reforma trabalhista última, que eu votei favorável, já teve um reflexo positivo: o número de ações trabalhistas praticamente diminuiu à metade. E hoje em dia continua sendo muito difícil ser patrão no Brasil, não há dúvida", afirmou

em entrevista coletiva a jornalistas na saída do CCBB, onde funciona o gabinete de transição.

"Eles [setor produtivo é que] têm dito, não sou eu, que o trabalhador que vai ter que decidir: um pouquinho menos de direito e emprego ou todos os direitos e nenhum emprego. É a palavra de quem emprega no Brasil", afirmou.

Em relação ao fim do Ministério do Trabalho, com distribuição das secretarias em outras pastas, Bolsonaro defendeu que os trabalhadores não serão prejudicados.

"Essa pasta do Trabalho é de recordações aqui que não faz bem à sociedade. Ali funcionava como um sindicato do trabalho, e não como um Ministério do Trabalho. Nenhum trabalhador vai perder os seus direitos até porque eles estão garantidos no artigo 7º da constituição", disse.

## **Projeto de lei aumenta burocracia**

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR

Na contramão dos esforços do governo para acelerar o processo de abertura e fechamento de empresas, a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados aprovou na semana passada um projeto de lei que exige a presença física dos empresários e de seus sócios no cartório, diante de um tabelião, para abrir uma nova empresa. O avanço da proposta causou preocupação no meio empresarial.

"É uma burocracia sem sentido, que aumenta os custos e o trabalho do empresário", disse o economista Marcel Solimeo, superintendente institucional da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Ele acrescentou que a tendência é informatizar os processos, de modo que no futuro uma empresa poderá ser aberta online. "Não podemos andar para trás."

Ele lembrou que uma norma semelhante à analisada pela Câmara já existiu no passado, mas foi extinta nos anos 1980 pelo então Ministério da Desburocratização.

De autoria do deputado Milton Monti (PR-SP), o projeto de lei 10.044/2018 obriga a presença física, em cartório, perante um tabelião, dos interessados em abrir uma empresa.

Atualmente, basta apresentar os documentos. "A proposta impossibilita a instituição de empresas fantasmas por meio de laranjas", explicou o autor. "O que vemos nas operações da PF é que não é incomum serem usadas notas fiscais frias, emitidas por empresas cujos proprietários são pessoas humildes que nem sabem da irregularidade."

O deputado acrescentou que, por ser um instrumento de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, a proposta tem apoio do Judiciário e do Ministério Público. Monti se diz contrário ao aumento da burocracia. Mas, argumenta, trata-se de uma formalidade a ser cumprida apenas uma vez, e em benefício do combate à corrupção. A burocracia que pesa sobre as empresas, diz ele, é aquela que precisa ser cumprida cotidianamente.

Para entrar em vigor, a proposta ainda tem um caminho a percorrer no Legislativo. Precisa, primeiro, passar pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Por tramitar em caráter terminativo, o texto não precisará passar pelo plenário da Câmara, a menos que haja um recurso exigindo essa apreciação. Depois, ainda precisa ser aprovada pelo Senado. Só então seguirá para o presidente da República, que poderá sancionar o texto ou vetá-lo.

O projeto prevê que na abertura, modificação ou fechamento das empresas exigirão uma escritura pública lavrada por um tabelião de notas e visados por advogados. As exceções são os partidos políticos e as sociedades de advogados. As micro e pequenas empresas terão abatimento de 50% dos emolumentos notariais.

## **Empresários planejam investir mais em 2019**

04/12/2018 – Fonte: Bem Paraná

A pesquisa 'Perspectivas Empresariais' também identificou otimismo por parte dos empresários quando questionados sobre a previsão de faturamento em seus negócios. A Boa Vista constatou que 38% dos executivos planejam investimentos superiores para o próximo ano aos praticados em 2018, o que representa um aumento de quatro pontos percentuais na comparação com o 3º Trimestre de 2017.

Outros 29% dos entrevistados acreditam que os investimentos em seus negócios serão iguais aos de 2018 (no mesmo trimestre de 2017 eram 33%) e 27% acreditam que vão investir valores inferiores em relação ao ano vigente (contra 26% apontados no mesmo período do ano passado). Realizada ao longo do 3º trimestre, a pesquisa buscou identificar quais são as perspectivas do empresariado brasileiro para 2019.

Mantendo a mesma base de comparação, ou seja, o 3º Trimestre de 2018 contra o 3º Trimestre 2017, a pesquisa 'Perspectivas Empresariais' da Boa Vista também identificou otimismo por parte dos empresários quando questionados sobre a previsão de faturamento para 2019. 45% acreditam que irão faturar mais, contra 39%, um crescimento de seis pontos percentuais. Para 23% o faturamento não deverá mudar (eram 27%) e para 25% o faturamento irá diminuir em 2019 (eram 27%).

Em 2019, 55% dos empresários entrevistados no 3º Trimestre de 2018 apontam que não demandarão crédito para o negócio, contra 41% registrados no 3º trimestre de 2017. Outros 32%, no entanto, declaram que irão demandar crédito.

Destes que demandarão crédito em 2019, 43% afirmam que utilizarão para realizar novos investimentos em seus negócios. Este percentual era de 37% no 3º Trimestre de 2017, um crescimento de seis pontos percentuais em relação a 2018. Os outros 30% farão pagamento de empréstimos e credores e os outros 27% para alavancar capital de giro.

Ainda em relação ao grupo de 32% que demandarão crédito em 2019, a pesquisa identificou um salto de 33% para 41% do percentual de empresas que acreditam que pagarão mais caro, ou seja, com taxas maiores que as praticadas em 2018. Por outro lado, 24% acreditam que pagarão as mesmas taxas praticadas em 2018, e 35% esperam pagar taxas menores.

### **Inadimplência e endividamento**

A pesquisa Perspectivas Empresariais, da Boa Vista, também apurou a inadimplência do negócio. 25% dos executivos entrevistados acreditam que esta variável irá diminuir em 2019, contra os 20% registrados no com essa percepção no mesmo trimestre de 2017. O que mostra um otimismo. E para 30% o não pagamento das dívidas apresentará crescimento no próximo ano (em 31% no 3º Trimestre de 2017).

O endividamento, por parte das empresas, também foi questionado neste levantamento, e a percepção dos executivos sobre este assunto também está mais positiva. Passou de 22% para 38%, na comparação contra o 3º trimestre de 2017, o percentual de empresas que espera estar com menor nível de endividamento em 2019. Já 31% dos entrevistados acreditam que o endividamento de suas empresas estará igual (eram 35%), e 20% que será maior no próximo ano (contra 27% no 3º Trimestre de 2017).

## **Febraban vai apresentar proposta de redução de spreads a Bolsonaro**

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-12-2018)

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) vai solicitar uma audiência com o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) para apresentar as propostas do setor bancário para redução dos juros e dos spreads (diferença de quanto um banco paga para captar e o quanto cobra para emprestar).

“Já estou fazendo contatos e entreguei uma cópia do livro com as propostas para o Paulo Guedes e para o Onyx Lorenzoni”, informou o presidente da entidade, Murilo Portugal.

A Febraban lançou nesta terça, 4, durante tradicional almoço de fim de ano do setor bancário, um livro com as propostas do segmento para a redução dos spreads e dos juros no Brasil.

Algumas das sugestões dos bancos compiladas no livro já foram apresentadas por parlamentares e técnicos, no Congresso e no Executivo. Além da nova obra, a entidade vai iniciar uma campanha de mídia na televisão, no rádio, jornais e revistas para levar o tema de redução dos juros e spreads ao conhecimento do público em geral.

## **Verticalização não é problema e ajuda a reduzir custos, diz Febraban**

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, afirmou que a estrutura de verticalização não é um problema para o setor financeiro e ajuda a reduzir os custos.

“A verticalização é uma característica do setor financeiro. Ajuda a reduzir custos e a garantir serviços”, disse ele, em coletiva de imprensa nesta tarde de terça-feira, 4, acrescentando que outros setores, como, por exemplo, o de petróleo, também atuam de forma verticalizada.

Ao reforçar que a verticalização não é um problema, destacou ainda que a concentração do setor bancário, bastante criticada no País, também não é um problema. “O problema é quando há falta de competição”, destacou.

As afirmações de Portugal ocorrem em meio à aprovação do relatório sobre spreads bancários no Brasil, cujo relator é o senador Armando Monteiro (PTB-PE), que trouxe um diagnóstico de que existe uma “forte verticalização” no setor de meios de pagamento. Uma das soluções sugeridas no documento é proibir que um mesmo grupo financeiro seja controlador de empresas que atuam em todos os elos do sistema de cartões.

Questionado sobre essa possibilidade, o presidente da Febraban disse que a entidade não trata especificamente deste segmento, mas defendeu a verticalização do setor financeiro.

Executivos de bancos que participaram do almoço de fim de ano da entidade também defenderam a estrutura atual como uma vertente de redução de custos no sistema e, conseqüentemente, preços mais baixos aos consumidores.

## **Para Brasil crescer mais, juros têm de cair ainda mais, diz Febraban**

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-12-2018)

Para um crescimento mais robusto da economia brasileira será preciso uma queda mais forte dos juros, disse nesta terça-feira, 4, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Murilo Portugal.

“A função dos bancos é emprestar para financiar a produção, o consumo e o investimento. Quem empresta quer emprestar para o maior número de pessoas e empresas, aumentando o volume de negócios e reduzindo os riscos. Quanto menores forem os juros, mais pessoas poderão usar o crédito”, disse, em almoço anual da entidade, que reúne dos dirigentes das instituições financeiras do País.

Ele afirmou ainda que houve avanços no âmbito do ajuste fiscal ao longo dos últimos dois anos e que a expectativa é de que uma reforma da previdência possa ser alcançada em 2019.

Portugal disse que 2018 foi o segundo ano de recuperação do crescimento econômico após uma das mais profundas recessões da história do Brasil, mas que o crescimento registrado, contudo, ficou aquém do que se esperava no final do ano passado.

“Mas vimos a partir de outubro um afrouxamento das condições financeiras, com queda das taxas de juros de mercado, apreciação do Real, elevação da bolsa de valores e dos preços de ativos brasileiros, e uma melhora dos indicadores de confiança de empresários e consumidores que já se refletem em sinais de aceleração da atividade econômica e do emprego”, destaca.

Segundo ele, o mercado de crédito continua em gradual recuperação, influenciado pelo crédito livre aos consumidores.

“A despeito de flutuações mensais, há recuperação nas novas concessões, com expansão do crédito ao consumidor, especialmente consignado e veículos, e retomada do crédito para as grandes empresas e em linhas como desconto de duplicatas, enquanto o crédito direcionado continua em queda”, disse. A projeção, destacou, é de que expansão do crédito deve se acelerar em 2019 diante da aceleração do crescimento do PIB.

O presidente da Febraban afirmou também em seu discurso que apesar das “circunstâncias conjunturais” não terem ajudado pra uma aceleração mais forte do crescimento, o Brasil anotou nos dois últimos anos, durante o governo de Michel Temer, um início do ajuste fiscal.

“Na área econômica, o governo Temer deixa um legado positivo construído em pouco mais de dois anos de mandato. A equipe econômica assumiu com um déficit primário de cerca de 2,5% do PIB, que vem sendo gradualmente reduzido há já dois anos, ficando abaixo dos limites anuais estabelecido na LDO. Restaurou a transparência fiscal reconquistando a credibilidade junto aos agentes econômicos no Brasil e no exterior”, comentou.

Dentro desse escopo, Portugal frisou que o atual governo encaminhou ao Congresso um projeto de reforma da previdência, mas que “ainda não encontrou o necessário apoio político para a sua aprovação”.

“Mas os progressos alcançados mostram que, com o empenho do governo, o apoio do Congresso, e o esclarecimento da sociedade, é possível avançar nas reformas das quais precisamos para crescer mais rápido e gerar mais empregos. Isso fortalece nossa esperança de que uma reforma eficaz da previdência social possa ser alcançada no próximo ano”, destacou.

Dentre os feitos da atual equipe econômica, o presidente da Febraban salientou ainda o controle sobre a inflação.

“A forte redução da inflação corrente, a ancoragem à meta das expectativas da inflação futura, e a consequente queda da taxa de juros para nível historicamente baixo devem-se muito à competência e à credibilidade pessoal que o Presidente Ilan trouxe à condução da política monetária, sabendo aproveitar com maestria a conjuntura para travar permanentemente estes ganhos propondo ao Conselho Monetário Nacional reduções da meta de inflação para os próximos anos”, disse.

Ainda em seu discurso, o presidente da Febraban disse que houve avanço da agenda BC+, “com medidas para aumentar a inclusão financeira; para reduzir o custo do crédito, para aprimorar a regulamentação financeira, e para aproveitar as extraordinárias oportunidades abertas pela revolução digital”.

## **Spread**

Murilo Portugal anunciou nesta terça uma nova iniciativa do setor bancário para reduzir os spreads, diferença de quanto um banco paga para captar e o quanto cobra para emprestar.

A proposta, conforme ele, está sendo apresentada ao novo governo, ao Congresso, ao Judiciário e à sociedade por meio de um livro e visa a permitir que as instituições financeiras reduzam mais os juros e os spreads cobrados no País.

“Para reduzir mais rápido os juros no Brasil é preciso reduzir os custos da intermediação financeira, que aqui são mais elevados do que em outros países, e incentivar a competição no setor bancário para facilitar que estas reduções de custo sejam repassadas aos clientes”, destacou o presidente da Febraban, em discurso ao setor, acrescentando que o segmento é a favor de mais competição e da livre iniciativa e apoiarão medidas não discriminatórias que visem a elevar a competição e eficiência no setor bancário.

Ele reforçou, contudo, a necessidade de reduzir os custos da intermediação financeira que incluem gastos associados à inadimplência, à insegurança jurídica na recuperação das garantias, à tributação, custos regulatórios e operacionais que, conforme Portugal, são muito elevados no Brasil e mais altos do que em outros países.

“A maior parte desses custos não pode ser reduzida apenas com mais competição porque decorrem de leis, regulamentos e fatores institucionais”, justificou ele.

De acordo com Portugal, foi com o intuito de ajudar a reduzir os juros e os spreads no Brasil que a Febraban resumiu suas propostas em um livro lançado no tradicional almoço de fim de ano da entidade. A obra estará disponível na internet como e-book e será distribuído gratuitamente em forma física em livrarias.

O presidente da Febraban afirmou que o livro traz o diagnóstico do setor sobre a situação, mas que não é apenas “uma lista de problemas”. Segundo ele, algumas das propostas compiladas no livro já foram apresentadas por parlamentares e técnicos, no Congresso e no Executivo.

Portugal informou ainda que a Febraban vai iniciar uma campanha de mídia na televisão, no rádio, jornais e revistas para levar o tema de redução dos juros e spreads ao conhecimento do público em geral.

“Precisamos todos trabalhar juntos para deixarmos de ser parte desse problema e fazermos parte da solução. Listamos propostas que queremos ver discutidas e aperfeiçoadas numa discussão técnica. Não é possível fazer isso sozinho, mas, trabalhando juntos e de forma coordenada, podemos baixar mais os juros para o Brasil crescer mais”, enfatizou o presidente da Febraban.



De acordo com ele, o País não pode esperar. É preciso, conforme Portugal, aproveitar o momento atual, de aceleração do crescimento para fazer as reformas macro e microeconômicas necessárias.

## **Perspectivas favoráveis**

Além de representar mais um passo no fortalecimento da democracia, as eleições já tiveram importante e positiva repercussão econômica, criando a oportunidade de o País continuar a avançar na agenda de reformas, afirmou o presidente da Febraban.

Após saudar os governantes eleitos, em especial, o presidente Jair Bolsonaro, o governador do Estado de São Paulo, João Dória, e a equipe econômica já nomeada pelo presidente eleito, Portugal disse que o setor bancário e a Febraban "trabalharão com empenho e em sintonia com as novas autoridades constituídas dando a nossa melhor contribuição para o desenvolvimento econômico e social do nosso País".

"O novo governo que se inicia no próximo ano foi recebido com expectativas favoráveis pelos mercados, por seu compromisso explícito com as reformas econômicas liberais, compromisso confirmado pela escolha de uma equipe econômica de grande envergadura intelectual, que tem o diagnóstico correto do que precisa ser feito para enfrentar os nossos desafios econômicos", disse Murilo Portugal.

## **Reforma tributária não sairá do papel sem aprovação da previdenciária, diz Megale**

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-12-2018)

Para o secretário da Fazenda do município de São Paulo, Caio Megale, a reforma da tributária só será aprovada se o governo federal conseguir aprovar algum tipo de reforma da Previdência. Segundo ele, a reforma da Previdência é prioritária porque é ela que resolve a questão fiscal pelo lado das despesas, que é onde reside o maior temor da União, Estados e municípios.

"Se a reforma da Previdência fosse aprovada, resolvendo parte das despesas, os entes da federação sentiriam a corda menos apertada e se inclinariam a aceitar uma reforma tributária", disse Megale ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

"Se o município de São Paulo, por exemplo, perde 5% de arrecadação, o impacto é muito grande", pontuou Megale, que participou no período da manhã de seminário sobre Reforma Tributária e Simplificação da Tributação organizado pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCIF) na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

Sobre a afirmação do ministro extraordinário da transição e futuro ministro-chefe da Casa Civil do governo Bolsonaro, Onyx Lorenzoni, de que o futuro governo tem quatro anos para fazer a reforma, Megale disse não ser uma boa sinalização. "A reforma da Previdência é prioritária e tem que ser feita nos primeiros meses de governo. Se aqui em São Paulo tivéssemos feito a reforma previdenciária nos primeiros meses do governo, no segundo ano estaríamos colocando a casa em ordem, no terceiros e quarto usufruindo dos resultados."

## **Arrecadação municipal**

Megale afirmou também que a arrecadação de Imposto Sobre Serviços (ISS), principal imposto municipal, deve fechar este ano com crescimento de 15% sobre ano passado. De acordo com ele, no mês a mês a arrecadação municipal vem crescendo à razão de 12%, 13% e 14%.

Essa expansão na arrecadação, ainda segundo o secretário, está associada à melhora da economia, mas principalmente ao aumento da fiscalização. "Colocamos o pessoal na rua e a emissão de notas fiscais cresceu 30% sobre o ano passado", disse.

### **Mudar sistema tributário não é uma tarefa trivial, diz secretária da Fazenda**

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-12-2018)

Sair de onde está o Brasil no sistema tributário não é uma tarefa trivial, disse há pouco a secretária-executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, que participou na manhã desta terça-feira, 4, de evento sobre reforma e simplificação tributária na Faculdade de Direito da Fundação Getulio Vargas (FGV), em São Paulo.

De acordo com a secretária, para sair do lugar onde está o País em termos tributários é preciso rever alguns mecanismos que "ao longo do tempo foram se 'reinforçando' e fazendo que chegássemos aonde estamos hoje pelo menos na preocupação com o consumo no Brasil".

A secretária disse acreditar que um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) no Brasil não chegaria a 30%. O cumulativo, de acordo com ela, prevalece.

Ainda de acordo com Ana Paula Vescovi, há no Brasil um "misturadinho de impostos". Além disso, de acordo com ela, há uma situação no Brasil em que o sistema tributário é usado para outras finalidades que não coletas de impostos e arrecadação.

### **Subsídios e tributos representam quase metade da conta de luz, diz associação do setor elétrico**

04/12/2018 – Fonte: G1 (publicado em 04-12-2018)

**Levantamento aponta que, em 2017, 41% da tarifa residencial foi para encargos e tributos. Conta de luz brasileira tem 4ª maior carga tributária sobre energia dos 33 países da AIE.**

Quase metade do valor pago pelos brasileiros na conta de luz em 2017 bancou subsídios e tributos, informou nesta terça-feira (4) a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Segundo a entidade, encargos como a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e tributos como ICMS e PIS/Cofins representaram 41% da tarifa de energia elétrica daquele ano.

Em 2016, subsídios e tributos respondiam por 40% do custo da energia paga pelos consumidores residenciais. No ano seguinte, houve um acréscimo de um ponto percentual na soma dessas despesas.

O levantamento da Abradee aponta que, dos 33 países que fazem parte da Agência Internacional de Energia (AIE), o Brasil tem a quarta maior carga tributária sobre a energia, atrás apenas de Alemanha, Dinamarca e Portugal.

Segundo o presidente da associação dos distribuidores de energia elétrica, Nelson Leite, o Brasil tem a 18ª menor tarifa de energia entre os 33 países da AIE. Sem os impostos, o Brasil teria a 9ª menor tarifa.

"Existe o mito de que a tarifa de energia no Brasil é uma das mais caras do mundo. Não é. E sem tributos, a tarifa fica em uma posição confortável", ressaltou Leite. Além dos tributos, que representam, em média, 27,4% da conta de energia, 10% da tarifa do consumidor é para pagar a CDE.

A conta é usada para cobrir subsídios do setor, como, por exemplo, incentivo para fontes renováveis, desconto para consumidores irrigantes e Luz Para Todos.

Veja a composição da conta de luz no período 2017/2018, segundo a Abradee.

- encargos e tributos: 41,2%
- compra de energia: 33,3%
- distribuição: 18,8%
- transmissão: 6,7%

### **Pedidos de falência caem 23,4% em novembro ante outubro no País, diz Boa Vista**

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-12-2018)

Os pedidos de falência tiveram queda de 23,4% no País em novembro na comparação com outubro, enquanto as decretadas caíram 18%, informa a Boa Vista. Já os pedidos de recuperação judicial (40,9%) e recuperações judiciais deferidas (82,4%) subiram na comparação mensal.

No acumulado do ano, as solicitações de falência cederam 14,7%, enquanto as falências decretadas registraram elevação de 11,6% e os pedidos de recuperação judicial, 5,1%. As recuperações judiciais deferidas avançaram 0,6%.

Os economistas afirmam que a queda nas solicitações de falência está relacionada à melhora nas condições econômicas desde o ano passado, que permitiu às empresas apresentarem sinais mais sólidos nos indicadores de solvência.

“A continuidade desse recuo dependerá de uma retomada mais acelerada da atividade econômica nos próximos períodos”, ressalta a nota.

### **Com reforma, dívida vai a 81% do PIB em 2022**

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-12-2018)

Mesmo com a aprovação das reformas estruturais, como a da Previdência, a dívida bruta do País vai entrar numa rota de crescimento até chegar ao pico de 81% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022, de acordo com as mais recentes previsões do Tesouro Nacional.

Sem essas reformas, alerta o órgão, a dívida atingirá patamares superiores a 90% do PIB. Com o avanço delas, o endividamento brasileiro começa a cair a partir de 2023, atingindo 73,2% do PIB em 2027.

A dívida bruta é um indicador acompanhado atentamente pelas agências de classificação de risco, como Fitch, S&P e Moody's.

Elas conferem notas aos países que funcionam como uma recomendação, ou não, para investimentos. Uma tendência crescente da dívida, em um cenário de ausência de reformas, pode gerar a piora na nota brasileira – com recomendação para que investidores estrangeiros retirem recursos do País.

O cenário seria pior se não fossem as devoluções antecipadas dos empréstimos que o Tesouro deu ao BNDES e agora estão retornando para o caixa do Tesouro. Os dados mostram que as devoluções já feitas e as acertadas com o BNDES para os próximos anos vão permitir uma redução de 9 pontos percentuais da dívida bruta até 2027.

### **Acelerador**

Sem esse cronograma de pagamento, a dívida chegaria em 2027 no patamar de 82,2% do PIB, considerado já explosivo de acordo com os padrões internacionais de avaliação de sustentabilidade para países emergentes como o Brasil.

Foi Joaquim Levy que, à frente do Ministério da Fazenda, começou a política de devolução dos empréstimos, cortando os subsídios do Tesouro a setores empresariais embutidos nessa política. O custo desses subsídios chegou a R\$ 251,3 bilhões de 2008 até 2018.

O secretário adjunto do Tesouro, Otavio Ladeira, disse que o processo de devolução antecipada dos empréstimos dados ao BNDES, a partir de 2016, foi importante para controlar a dívida. Segundo ele, desde 2016 já foram devolvidos R\$ 310 bilhões, além do cronograma de devolução acertado com o BNDES que ampliou de R\$ 6 bilhões para R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões os reembolsos anuais ao Tesouro.

Pelas projeções do Tesouro, a dívida vai subir 3,3 pontos percentuais este ano, alcançando 77,3% ao final de dezembro. Em cinco anos, a dívida subiu 27,5 pontos percentuais, pulando de 51,5% ao final de 2013 para 77,2% em setembro de 2018.

Para o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, os dados mostram a importância das reformas. "Isso mostra o custo de não fazermos as reformas e o mercado se antecipar tornando mais caro o financiamento da dívida. O risco de voltarmos com inflação e crescimento muito baixo existe e é muito preocupante.

### **Professor do MIT defende novo contrato social para trabalhador**

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Thomas Kochan propõe pacto em busca de um futuro mais próspero***

"Nós precisamos restaurar um novo contrato social e fechar as grandes lacunas na desigualdade de renda do país", afirma o professor americano Thomas Kochan, do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts).

Seu mais recente livro, "Shaping the Future of Work" (formando o futuro do trabalho, sem previsão de publicação no Brasil), lançado em 2016, propõe um pacto entre governo, instituições de ensino, empresas e trabalhadores em busca de um futuro mais próspero.

Segundo Kochan, os avanços econômicos não acompanham a qualidade de vida do trabalhador. Ele cita que, dos anos 1980 para cá, a produtividade nos EUA aumentou mais de 100%, enquanto os salários cresceram cerca de 10%.



Thomas Kochan, professor do MIT e especialista em trabalho e emprego - Divulgação/MIT Sloan School of Business

Atualmente, a economia dos EUA demonstra bons indicativos. Em 2017, o PIB cresceu 2,3% em relação ao ano anterior e a taxa de desemprego atingiu 3,9% em abril de 2018, menor índice desde 2000.

Para Kochan, o crescimento da economia não significa benefícios para a classe trabalhadora. E isso seria um indicativo de que é preciso construir um novo contrato social.

### **Como funciona o atual contrato social entre trabalhadores e chefes? E por que você acredita que precisamos de um novo contrato?**

Eu descrevo os Estados Unidos como tendo um contrato social do fim da Segunda Guerra Mundial até os anos 1980 porque, naqueles anos, os salários melhoraram junto com o crescimento da produtividade nacional. A economia crescia, os trabalhadores dividiam os benefícios do crescimento.

Esse contrato quebrou nos anos 1980 e, desde então, a produtividade continuou a crescer para mais de 100% enquanto salários cresciam 10%. Precisamos restaurar um novo contrato social equivalente com o crescimento salarial e fechar as lacunas na desigualdade de renda do país.

### **Por que o antigo contrato social quebrou nos anos 1980? O que aconteceu?**

Três coisas aconteceram juntas: uma mudança para um presidente republicano (Ronald Reagan) e Congresso, recessão profunda causada pelo Fed (Banco Central dos EUA) para quebrar a tendência de inflação e um aumento nas importações de manufaturas (especialmente carros e aço) do Japão e outros países. Isso fez com que a administração tivesse uma aproximação muito mais militante para lutar com sindicatos e para exigir concessões salariais.

### **Hoje, como as pessoas, em especial os jovens, veem o trabalho? Qual a importância disso para elas?**

É um mito que os jovens não querem trabalhar. Eles mostram que querem salários bons e justos, mas também uma oportunidade de aprender e usar os conhecimentos e habilidades nos trabalhos para que possam lançar suas carreiras. Eles querem um melhor balanço entre trabalho e vida. E hoje jovens trabalhadores são mais favoráveis a fazer parte de sindicatos do que no passado. Isso é o que nossas pesquisas mostram consistentemente.

### **Atualmente, o que as empresas buscam nos funcionários? E o que os empregados buscam nas empresas?**

Empresas esperam que trabalhadores tenham ética no trabalho, boas habilidades de computador e análise de dados e boas habilidades sociais para trabalhar em equipes, de comunicações e resolução de problemas. E trabalhadores esperam uma justa compensação e tratamento justo no trabalho e uma voz em determinar as condições de trabalho.

### **O que devemos levar em consideração em um novo contrato social do século 21?**

Um contrato social do século 21 deve incluir mais normas de equiparação de salários (compartilhando os ganhos com o crescimento entre acionistas, empregados e clientes) e deve prover os trabalhadores com uma voz ao formar o futuro do trabalho, especialmente as novas tecnologias que afetam o trabalho deles.

Empregadores, por outro lado, devem esperar que trabalhadores estejam comprometidos com as metas da empresa e em adicionar ao máximo valores a suas habilidades. E todos devem estar comprometidos com aprendizado ao longo da vida para manter as habilidades dos trabalhadores atualizadas.

## **O que deve ser contemplado em um novo contrato social? Quais itens devem ser alterados?**

A maior mudança é a necessidade de novas regras salariais que façam com que salários e produtividade cresçam em conjunto novamente. Mas, para atrair toda a força de trabalho, problemas relacionados a benefícios da família e do trabalho e ao desenvolvimento da força de trabalho (treinamento) precisam ser destacados no próximo contrato social.

## **Como o governo pode ter participação nesse novo contrato social?**

O governo precisa atualizar as políticas de trabalho e de desemprego para melhor adaptar à economia e força de trabalho atuais, e então ser um facilitador ativo na parceria com negócios, trabalho e instituições educacionais para fazer com que a força de trabalho tenha as habilidades para contribuir com o progresso econômico.

## **Qual é o papel de escolas e universidades na formação de futuros trabalhadores?**

Escolas e universidades precisam mudar os antigos modelos de foco na educação dos jovens antes que eles entrem na força de trabalho. É claro que escolas devem continuar a prover boas oportunidades educacionais para crianças e adultos, mas as instituições precisam participar da indústria e força de trabalho, provendo cursos e misturando oportunidades de aprendizados (online e no trabalho) para trabalhadores manterem as habilidades ao longo de suas carreiras.

## **Você acha que agora é uma boa hora para criar um novo contrato social, sendo que a economia dos EUA mostra perspectiva de crescimento e desemprego atingindo 3,9% em 2018?**

Quando a economia está crescendo e prosperando como está agora, mas trabalhadores não sentem que estão compartilhando dos benefícios, há um grande potencial de ação. É exatamente aí que nós estamos hoje, então é hora de agir.

### **É tempo de informalidade e flexibilização do trabalho no país**

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

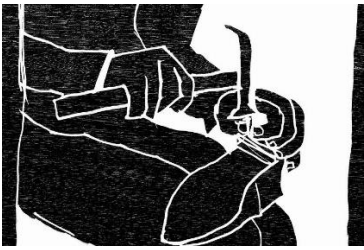
## ***Balanço mostra aceleração no surgimento de vagas sem carteira assinada e de novos tipos de contrato***

A recuperação da economia mais lenta do que o esperado teve impacto direto no mercado de trabalho, com a criação de vagas informais em ritmo acelerado.

O desemprego neste ano só não foi maior, na análise de alguns especialistas, porque a reforma trabalhista, que completou um ano em novembro, permitiu a redução do custo do trabalho com novas formas de contratação.

Uma dessas formas é o chamado contrato intermitente, sem jornadas fixas regulares de trabalho. Nesse caso, o profissional é chamado de acordo com a demanda do empregador e pode aceitar ou não a convocação.

Entre julho e setembro deste ano, o Brasil registrou 43,3% de trabalhadores sem carteira assinada, o maior percentual desde o final de 2015. Há dois anos, representavam 41,5%.



Reprodução de xilogravura do artista Fernando Vilela. - Fernando Vilela

A tendência de aumento da informalidade deve se manter se a economia não decolar em 2019. Além dos efeitos da conjuntura, o emprego com carteira assinada também perde força com o maior uso de inovações tecnológicas e as novas formas de trabalho flexível.

Dos 92,6 milhões de brasileiros ocupados no terceiro trimestre, quase 40 milhões não tinham carteira de trabalho assinada. O número considera os empregados dos setores privado e público sem registro, trabalhadores por conta própria sem CNPJ (os chamados informais), domésticos sem carteira e aqueles que trabalham em família.

No setor privado, o número de empregados sem carteira assinada cresceu 5,5% frente ao terceiro trimestre de 2017, aumento de 601 mil pessoas no contingente informal.

“Foram 13 trimestres seguidos de queda do emprego com carteira assinada. Em um cenário de desemprego de longo prazo, quem perdeu o emprego teve de se reinventar no mercado informal”, diz Cimar Azeredo, coordenador de trabalho e rendimento do IBGE.

A informalidade é marcada por serviços que vão desde a venda de quentinhas nos arredores de centros comerciais e cabeleireiros nas periferias das metrópoles até a mão-de-obra de pedreiros para pequenos reparos e de motoristas de aplicativos de transporte, que migraram de outras profissões, explica Azeredo.

Para o professor da PUC-RJ José Márcio Camargo, economista da Genial Investimentos, a redução do custo do trabalho e a ampliação da terceirização frearam o aumento do desemprego e devem ter um impacto ainda maior na taxa no futuro.

“O Brasil vem de uma recessão que é de um padrão de país em guerra civil. Enfrentou ainda fortes choques, como o aumento de preços dos combustíveis, a greve de caminhoneiros e uma brutal desvalorização cambial. Mesmo assim, a economia cresceu; pouco, é fato, mas cresceu. E o desemprego recuou”, diz Camargo.

Uma das razões pode ser o efeito da reforma trabalhista, com redução nas demandas na Justiça do Trabalho e no valor das indenizações pagas nas ações. “Isso significa uma redução de custo do trabalho importante para o setor produtivo”, acrescenta Camargo.

A ampliação da terceirização —liberada para as atividades principais de uma empresa, o que antes era proibido— está relacionada, por sua vez, ao aumento do trabalho por conta própria, diz o especialista.

Com a retomada do crescimento econômico, ele acredita que deve haver maior formalização do emprego, mas não nos moldes tradicionais. “O que deve ocorrer é outro tipo de formalização, baseado mais em novos modelos de contrato, como o intermitente e o parcial.”

Criadas com a aprovação da reforma trabalhista, as vagas intermitentes corresponderam a 6% dos 162 mil postos gerados no país entre abril e junho deste ano, de acordo com dados do governo.

O aumento de contratos intermitentes, na análise do coordenador do IBGE, pode ter relação com o número significativo dos trabalhadores subocupados por insuficiência de horas trabalhadas –quase 7 milhões no terceiro trimestre.

Na subocupação, as pessoas fazem jornadas de menos de 40 horas semanais, mas gostariam de trabalhar mais.

“A criação do emprego, mesmo que informal, é o primeiro passo da recuperação no mercado de trabalho”, diz Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador sênior do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), da FGV.

Dados do IBGE compilados pelo Ibre mostram que a informalidade avançou mais na região Sul e entre os mais jovens, na comparação entre junho de 2018 e o mesmo mês de 2012, considerando os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria.

A flexibilização do trabalho é tendência no mundo, destaca Naercio Menezes Filho, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper.

“O emprego formal full-time tende a cair no mundo, por causa da flexibilização do trabalho. Aquele vínculo tradicional de vários anos na mesma empresa está sumindo. As pessoas têm trabalhado de casa, por conta própria, prestando serviço a várias empresas e de uma forma mais flexível”, diz Menezes Filho.

A tendência também é de o trabalhador executar tarefas menos repetitivas, com e expansão de novas tecnologias em vários segmentos da economia e o avanço de sistemas de inteligência artificial e de máquinas que aprendem a partir do padrão de comportamento humano.

“As novas tecnologias trazem aumento da produtividade, com impacto nos preços dos produtos, que devem ser reduzidos. A participação do trabalho no preço final das mercadorias tende a cair, e, com isso, os salários também”, avalia o professor do Insper.

Na análise do economista Fabio Silveira, sócio-diretor da consultoria MacroSector, a tecnologia é o grande motor de transformação e fragmentação do trabalho.

A Alemanha e outros países europeus desde os anos 1990 já se preparavam para adequar a legislação trabalhista a essa nova lógica do trabalho, explica. “O Brasil, por sua vez, insistiu em uma legislação anacrônica, que encareceu demais a mão de obra e tornou muito rígida a possibilidade de substituir a mão de obra tradicional por formas mais flexíveis, que se adaptam mais rapidamente à demanda”, diz Silveira.

Os especialistas são unânimes em afirmar que as políticas públicas devem ser voltadas para preparar melhor o jovem para o mercado de trabalho, desburocratizar a criação de empresas e permitir o desenvolvimento de companhias mais dinâmicas, com tecnologias mais inovadoras.

“Não há outra saída a não ser investir em educação e dar igualdade de oportunidade”, diz Naercio Menezes Filho, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, ao destacar que o desemprego entre os jovens é o mais elevado no país.

O sociólogo Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese, chama a atenção para o que ocorre com os salários: o rendimento médio dos ocupados que conseguiram uma vaga (de janeiro a junho) equivale a menos da metade do que é pago no mercado.

Enquanto os que ingressaram no mercado recebiam em média R\$ 1.023, o mercado oferecia R\$ 2.128 para os demais. Os jovens chegam a ganhar apenas 65% do



rendimento dos trabalhadores de 60 anos ou mais, segundo estudo do Dieese a partir de dados da pesquisa PNAD Contínua.

“Desemprego, fragilidade na representação sindical e diminuição da proteção social compõem o cenário que imobiliza a sociedade para disputar o que será o trabalho no futuro”, afirma Ganz Lúcio.

A falta de planejamento e de informação sobre projetos de futuro preocupa, na análise do economista Fabio Silveira, diretor da MacroSector. “É uma improvisação que predomina. Não há clareza na condução, o cenário para 2019 ainda é de muita incerteza e isso afeta diretamente as perspectivas de investimento e de melhora da economia, que está frente a uma grave situação fiscal”, diz ele.

Como exemplo da ausência de planejamento ele cita o episódio da extinção do Ministério do Trabalho, anunciada, cancelada e por fim confirmada pelo próximo governo.

“Não adianta o mercado de trabalho ter uma relação estressada entre empresas e trabalhadores. É óbvio que é preciso ter uma instância que regule essa relação. Extinguir não é a solução”, opina.

A retirada de direitos trabalhistas pode ocorrer com uma nova reforma no próximo governo, na projeção de Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador da FGV Ibre. “No governo Temer, o foco foi reduzir as incertezas, com regras para terceirização e novos contratos. Na próxima reforma, pode haver sim retirada de direitos com foco na redução de custo do trabalho.”

### **Editorial: "Todos contra o trabalhador"**

04/12/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado 04-12-2018)

Ministério Público do Trabalho endossa manobras de sindicatos para continuar cobrança obrigatória que foi derrubada na reforma trabalhista

Um dos avanços da reforma trabalhista aprovada em 2017 e que entrou em vigor no fim daquele mesmo ano foi o fim do imposto sindical, o recolhimento obrigatório do valor referente a um dia de trabalho de todo assalariado, fosse ele sindicalizado ou não. Esse dinheiro – em 2016, foram R\$ 3,5 bilhões – era destinado aos sindicatos ou federações, mas, com a reforma, passou a vigorar a lógica segundo a qual as entidades devem ser sustentadas apenas por seus filiados.

No período de seis meses entre a aprovação das mudanças na CLT e sua entrada em vigor, as entidades sindicais pressionaram o governo para que o imposto sindical retornasse por algum outro dispositivo legal. Felizmente, Michel Temer não cedeu, mas o fracasso na via institucional levou sindicatos e centrais sindicais a promover e apoiar expedientes para tentar burlar a nova redação da lei.

Ainda no fim de 2017, antes de a reforma passar a vigorar, alguns sindicatos haviam realizado assembleias nas quais os participantes decidiram ressuscitar a cobrança compulsória para todos os trabalhadores representados pelas respectivas entidades.

A CLT diz claramente que ninguém sofrerá desconto ou cobrança “sem sua expressa e prévia anuência”

Essa cobrança à revelia da vontade do trabalhador é condenada pela nova CLT. O artigo 579 diz que “O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização

prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação". E o artigo 611-B estabelece que "Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: (...) XXVI – (...) o direito de não sofrer, sem sua expressa e prévia anuência, qualquer cobrança ou desconto salarial estabelecidos em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho".

Como, então, os sindicatos defendem as decisões? Alegando o princípio da "prevalência do negociado sobre o legislado", um dos pilares da reforma. O "legislado" proíbe a cobrança? Sem problemas: arruma-se um "negociado" que a admita, e o trabalhador será automaticamente cobrado, a não ser que manifeste explicitamente sua discordância, cumprindo uma burocracia que nem todos conhecem.

No entanto, o princípio da prevalência do negociado sobre o legislado se aplica às relações entre empresa e empregado ou sindicato, jamais entre o sindicato e os trabalhadores da categoria. Usá-lo para forçar a cobrança nos moldes pré-reforma trabalhista é uma interpretação torta do texto legal e que não encontra nenhum respaldo nem na própria lei, nem na jurisprudência. Mesmo que se alegue que a "autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional" citada no artigo 579 possa ocorrer por meio de assembleia que aprove a inclusão da cobrança compulsória em uma convenção coletiva, o artigo 611-B é claríssimo quando torna tais cláusulas ilegais ao dizer que ninguém sofrerá desconto ou cobrança "sem sua expressa e prévia anuência", que é individual, e não coletiva.

Está evidente que o legislador desejou que a cobrança ocorresse no sistema opt in: o padrão é não haver desconto, e quem quiser contribuir com o sindicato deve manifestar sua vontade de fazê-lo, por meio da filiação e outros meios. O que os sindicatos pretendem é inverter essa lógica para o chamado opt out: todos pagam, e quem não quiser fazê-lo é que precisa se manifestar, o que nem sempre ocorre pelos mais diversos motivos, inclusive o desconhecimento do direito de não ser cobrado.

Que os sindicatos queiram recorrer a esse tipo de truque para não perder receita já é lamentável por si só, mas que o Ministério Público do Trabalho se disponha a endossá-la é catastrófico. No fim de novembro, a Câmara de Coordenação e Revisão do MPT resolveu unificar seu entendimento a respeito do tema, dando seu respaldo ao expediente que salva o caixa dos sindicatos, desde que fique claro na convenção o direito à oposição. Em outras palavras, o órgão que tem por função fiscalizar para que a lei seja cumprida nas relações de trabalho decidiu fechar os olhos a uma violação da lei.

A posição do MPT não chega a ser surpreendente, já que é amplamente conhecida a posição ideológica de procuradores e até mesmo juízes do Trabalho, que por serem contrários à reforma trabalhista se acham no direito de guiar sua atuação não pelo que a lei diz, mas pelo que eles consideram certo. Mas não deixa de ser uma trágica ironia que, entre o trabalhador prejudicado por uma cobrança da qual ele discorda e a entidade sindical que pretende realizar o desconto obrigatório, o MPT tome o lado desta, contra aquele que sempre foi considerado hipossuficiente, e contra a própria lei."

## **Thomson Reuters vai cortar 3,2 mil empregos até 2020**

04/12/2018 – Fonte: G1 (publicado em 04-12-2018)

**Empresa de notícias definiu uma meta de reduzir investimentos para entre 7% e 8% da receita em 2020 ante o nível atual de 10%.**

**Por Reuters**



A Thomson Reuters anunciou nesta terça-feira (4) que vai cortar sua força de trabalho em 12% até 2020, eliminando 3.200 vagas, como parte de um plano que afirma ser necessário para melhorar a eficiência operacional.

A companhia de notícias e informações, que completou a venda de uma participação de 55% da unidade Financial & Risk (F&R) para a empresa de investimentos Blackstone, anunciou os cortes durante apresentação a investidores em Toronto, na qual revelou a estratégia futura.

### **Meta de investimentos**

A Thomson Reuters afirmou que definiu uma meta de reduzir investimentos para entre 7% e 8% da receita em 2020 ante o nível atual de 10%.

A companhia também definiu uma meta de atingir crescimento anual de receita de 3,5% a 4,5% ao ano até 2020, excluindo efeitos decorrentes de aquisições.

A Thomson Reuters quer apoiar o crescimento orgânico com aquisições e reservou US\$ 2 bilhões dos US\$ 17 bilhões obtidos com a venda para a Blackstone para fazer compras de ativos.

As ações da Thomson Reuters acumulam valorização de quase 40% desde maio, se beneficiando de um programa de recompra de ações de US\$ 10 bilhões.

## **Jornada de trabalho mais curta é saída para enfrentar o sumiço de vagas**

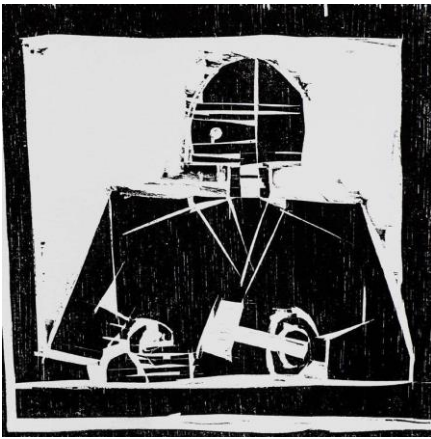
04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

**Muitos países já reduzem a carga horária com outros objetivos, como a produtividade**

Jornadas de trabalho curtas são uma saída para enfrentar a redução de vagas no futuro. Muitos países, em especial os desenvolvidos, já reduzem a carga horária semanal, com outros objetivos.

Um deles é a produtividade. Outro está ligado à evidência de que trabalhadores em regime de longa jornada estão mais suscetíveis a erros e acidentes. "Há montes de dados comprovando isso", diz à Folha Jon Messenger, pesquisador da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Para testar a teoria, em março, uma seguradora da Nova Zelândia, a Perpetual Guardian, reduziu a semana de trabalho de seus 240 funcionários para quatro dias por dois meses, sem cortes nos salários.



Reprodução de xilogravura do artista Fernando Vilela - Eduardo Knapp/Folhapress

“Na maioria dos casos, a produtividade aumentou. Os níveis de estresse da equipe baixaram, o equilíbrio entre vida profissional e pessoal teve melhora”, diz Christine Brotherton, chefe de pessoal.

Embora, em 1962, a OIT tenha definido 40 horas semanais como “padrão social a ser alcançado”, no Brasil, a Constituição de 1988 firmou a jornada de 44 horas.

Aqui, algumas empresas adotam outras formas de flexibilização. Além do trabalho remoto (“home office”), ganha espaço a “short friday”, saída mais cedo às sextas, com as horas a menos compensadas nos demais dias da semana.

“Chego, janto com meus pais, aproveito melhor a família”, diz Mirele Reis, 26, que trabalha com suporte de logística no site Buscapé, que aderiu às duas ideias. Uma vez por semana, funcionários podem trabalhar de casa.

A startup brasileira Neotriad, especializada em gestão, reduziu a jornada para seis horas diárias. “O pessoal trabalha, de fato, cinco horas e meia. Ninguém é robô que produz oito horas”, diz Christian Barbosa, presidente. Os salários foram cortados.

### **As pessoas vão trabalhar só 3 horas por dia em 2030?**

A preocupação com um futuro sem trabalho já estava presente na obra de John Maynard Keynes (1883-1946). No ensaio “Possibilidades Econômicas para Nossos Netos”, publicado em 1930, o economista dizia que, em 2030, as pessoas trabalhariam cerca de três horas por dia.

Ainda que a ascensão dos robôs sugira a comprovação da teoria, de lá para cá, duas guerras mundiais e outros fatores mudaram o caminho.

A partir dos anos 1980, a tendência mundial de redução na jornada, que vinha desde o século 19, foi interrompida. Estudo publicado neste ano pela OIT diz que um terço da força de trabalho mundial (36,1%) trabalha mais de 48 horas semanais. E casos de jornadas menores estão mais ligados a subemprego e vulnerabilidade que a evolução.

A previsão de Keynes teve base em cenário com desemprego em massa causado por tecnologia. Como sobreviver? E o que definirá o que é trabalho? Segundo o historiador holandês Rutger Bregman, autor de “Utopia para Realistas” (Editora Sextante, R\$ 39,90), essas ainda são as grandes questões do futuro.

“Todos esses sociólogos e economistas que previram uma jornada de trabalho de 15 horas por semana subestimaram a capacidade extraordinária do capitalismo de criar novos trabalhos ridículos, que não precisariam existir”, diz Bregman. “Muitas vezes, temos que trabalhar menos para fazer mais.”

Segundo ele, a jornada reduzida traria outras vantagens, como redução da pegada de carbono, mais saúde mental e igualdade de gênero.

O escritor também defende a proposta da renda básica, enquanto a humanidade redefine o que entende como trabalho. "Seria a conquista máxima de estado de bem-estar social. Faria da vida sem pobreza um direito, em vez de um favor", afirma.

Existem iniciativas locais de implantação da renda básica. Desde 2017, a Finlândia testa um piloto com 2.000 pessoas desempregadas, que recebem o equivalente a R\$ 2.300. O teste deve durar dois anos.

O pesquisador Jon Messenger, porém, acredita que implementar a renda básica seria muito caro e inviável em vários países. "A redução de horas é uma solução melhor, mais eficiente, custa muito menos e está provada", opina.

Já Bregman afirma que o maior obstáculo tanto para a adoção da renda básica quanto para a redução da jornada ainda é ideológico.

"Temos que nos livrar da definição antiga do trabalho e, então, seguir para coisas novas. Trabalho é quando você faz algo interessante, ajuda outras pessoas, cria um produto ou serviço novo. Você faz do mundo um lugar um pouco melhor, isso é o que eu chamaria de trabalho", diz.

### **Profissionais estão otimistas com mercado de trabalho, aponta pesquisa**

04/12/2018 – Fonte: G1

#### **Levantamento da Robert Half mostra que 70% dos profissionais responsáveis por recrutamento nas empresas acreditam que 2019 será melhor do que 2018 em relação à criação de vagas.**

Levantamento da recrutadora de cargos de média e alta gerência Robert Half mostra que o índice de confiança de profissionais em relação ao mercado de trabalho atingiu o maior patamar da série, iniciada em agosto de 2017. Em sua 6ª edição, o Índice de Confiança Robert Half (ICRH) chegou a 55,3 pontos.

O indicador varia de 0 a 100 - valores acima de 50 pontos indicam profissionais qualificados confiantes. A sondagem foi conduzida pela Robert Half no mês de novembro com 1.161 profissionais, todos com nível superior e a partir de 25 anos de idade.

A melhora, segundo a empresa, vem da definição do cenário político brasileiro, que traz otimismo para a economia e mercado de trabalho quando se trata de expectativas futuras.

Todas as categorias que compõem o ICRH - desempregados, empregados e recrutadores - mostraram-se mais confiantes com os próximos seis meses. Em relação à última pesquisa, em julho, os indicadores tiveram alta no índice tanto na média consolidada quanto entre as categorias.

Sobre a situação atual, apenas a faixa dos desempregados apresentou leve queda em relação a julho.

A confiança dos recrutadores e desempregados com o futuro atingiu 57,1 pontos. A dos empregados ficou em 51,6 pontos. Já a confiança em relação à situação atual ficou em 35,2 pontos entre os recrutadores, 32,5 entre os empregados e 18,3 entre os desempregados.

“Segundo a pesquisa, 70% dos profissionais responsáveis por recrutamento nas empresas acreditam que 2019 será melhor do que 2018 quando o assunto é criação de vagas. Assim, com a chegada de um novo ano, é importante ser estratégico quanto aos planos de contratação”, aponta Fernando Mantovani, diretor geral da Robert Half.

### **Dificuldade na busca por profissionais**

A 6ª edição do Índice de Confiança Robert Half mostra ainda que contratar profissionais qualificados hoje é difícil (48%) ou muito difícil (9%), segundo os recrutadores respondentes da sondagem.

Para 21% dos recrutadores, esse desafio ficará ainda mais difícil nos próximos seis meses.

### **Crescimento em primeiro lugar**

A possibilidade de crescimento é o critério mais importante para os candidatos na escolha de uma vaga, tanto para profissionais empregados (35%) como para desempregados (44%). O item salário aparece na segunda posição, com 20% e 16%, respectivamente

### **Vagas temporárias em cargos de gestão**

Muito comum na Europa e nos Estados Unidos, a contratação de profissionais temporários para cargos de analista a diretor tem ganhado muitos adeptos entre as empresas do Brasil.

De acordo com a 6ª edição do ICRH, os indicadores apontam confiança nesse modelo de contratação. Com relação à situação atual, o índice teve alta de 3.2 pontos percentuais. Já na expectativa para seis meses, o salto foi de 12.6 pontos percentuais, chegando ao pico histórico de 59,9 pontos.

De acordo com a sondagem com profissionais qualificados temporários, os itens remuneração, oportunidade de efetivação e desafio do projeto são os prioritários ao aceitar uma proposta de trabalho no modelo de contratação. Os profissionais também levam em consideração a opção por mais flexibilidade, acúmulo de aprendizados, possibilidade de conciliar estudos e projetos pessoais.

### **Conexão entre candidatos e vagas é maior com algoritmos**

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Novos processos seletivos facilitam a contratação, mas uso de dados de redes sociais é controverso***

Profissionais de recrutamento e seleção sempre espiaram as redes sociais dos candidatos para checar se eles são quem dizem ser. A novidade é que a análise agora é feita por máquinas.

Processos tradicionais de recursos humanos, como dinâmicas de grupo e entrevistas, dividem espaço com resultados apresentados por algoritmos, que analisam em bases de dados públicas desde fotos e currículos até postagens e curtidas em redes sociais.

Os algoritmos encontram padrões a partir de informações disponíveis na internet e traçam perfis técnicos e comportamentais de profissionais, explica Seiji Isotani, professor do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da USP São Carlos.



Reprodução de xilogravura do artista Fernando Vilela - Fernando Vilela

“Tem pessoas que postam durante o trabalho, tem as que postam depois do expediente. Se a empresa constatar que alguém que supostamente está trabalhando das 8 às 12h postou muitas coisas não relacionadas ao trabalho no período de um ano, vai saber que a pessoa não está fazendo o serviço direito.”

Isotani diz que é possível detectar posts relacionados a tendências depressivas. “A gente não sabe, mas todas essas informações estão lá. Se você deixar os posts abertos, qualquer programinha pode coletar os dados”, diz.

Processos de recrutamento inteligentes permitem contratação mais efetiva, segundo Felipe Azevedo, vice-diretor da Lugar de Gente, especializada em seleção e RH.

A escolha é baseada nas análises de competências e de comportamento de candidatos, ainda na fase online do processo seletivo. Isso é comparado com pesquisas internas da empresa, igualmente feitas com a ajuda de robôs, criando parâmetros específicos para cada vaga. É o “people analytics”.

O uso exclusivo de informações de redes sociais pessoais e profissionais não garante a assertividade necessária, segundo Azevedo.

“Assim que surgiu o recrutamento em redes sociais, virou a onda do momento. Um monte de startups dizia que tinha um algoritmo maravilhoso. O desafio é criar um fator qualitativo para dizer se aquilo é válido ou não.”

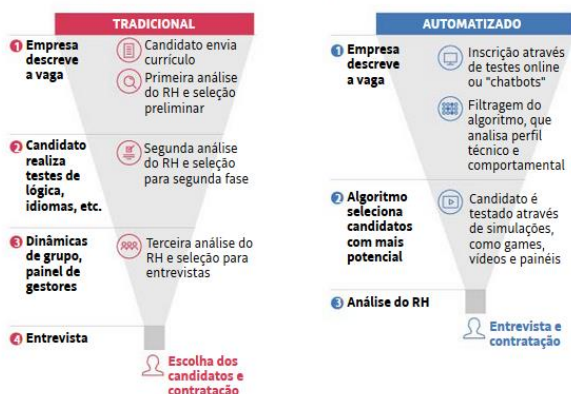
Ele acredita que já existe tecnologia para tal, mas que a grande quantidade de informações extraídas das redes sociais ainda não se traduz em contratações mais certas.

Para Eduardo Migliano, presidente da 99jobs, o futuro da contratação terá como base mais dados disponíveis para auxiliar nas escolhas tanto das empresas quanto dos candidatos. Ele diz que a tecnologia ajuda a criar conexão maior entre ambos, já que conhecer a empresa e seus valores se torna essencial.

Segundo Migliano, descrições de cargo são formas ultrapassadas de apresentar uma vaga e não refletem o que o candidato vai, de fato, fazer.

#### Contratação tradicional x automatizada

Uso de inteligência artificial diminui etapas do processo até a escolha dos candidatos



Mas a tecnologia, para ele, não substituirá a subjetividade humana na tomada de decisões. Fatores comportamentais não podem ser analisados apenas com base em redes sociais e cruzamento de dados.

Apesar disso, o recrutamento busca cada vez mais utilizar informações por meio de processos automatizados e de inteligência artificial. Algoritmos mais aprimorados "aprendem" com seus resultados, corrigem-se e tomam decisões a partir de correlações encontradas.

Paulo Feofiloff, ex-professor do Instituto de Matemática e Estatística da USP, lembra que esses algoritmos podem achar correlações estatísticas que não necessariamente fazem sentido.

Essa aprendizagem profunda das máquinas tenta emular o funcionamento do cérebro e é chamada de redes neurais profundas ("deep neural networks", em inglês). Feofiloff comenta, no entanto, que esse aspecto de autoajuste dos algoritmos é "chato e assustador: pela maneira que são construídos, ninguém sabe quais critérios eles usam".

Além das dificuldades da programação, o uso indiscriminado de dados disponíveis em redes sociais pode gerar também conflitos jurídicos.

De acordo com Paulo Rená, professor do Uniceub (Centro Universitário de Brasília), é necessário dar às pessoas a possibilidade de interferir no modo como são vistas na rede. "As pessoas têm uma postura em casa, outra no trabalho. Você cria essas personas e isso não é diferente no meio digital", defende ele, que é membro do Instituto Beta, ONG que busca democratizar os meios tecnológicos.

O publicitário Renato Leal, 27, passou a escolher que tipo de conteúdo postaria em suas redes depois de sentir que alguns colegas queriam conhecê-lo por meio de seus perfis online, e não pessoalmente.

"Quando vou postar, penso que essa informação não fica mais só pra mim e meu círculo. Não ceifo minhas características, mas dou uma dosada no que quero que saibam de mim antes de me conhecerem", explica.

Diretor do InternetLab, serviço de pesquisa em direitos e tecnologia, Francisco Brito Cruz afirma que o consentimento é a regra de ouro.

"Há diferentes expectativas de privacidade de usuários, variam de plataforma para plataforma. Precisa estar expresso o consentimento."

Ele explica que até 2020, quando deve entrar em vigor a lei federal 13.709, baseada na lei europeia de proteção de dados, não existe regra que garanta proteção adequada.

"Não é que eu recomende que as pessoas não postem nada. Se o recrutador não é o tipo de pessoa que ela acha que deveria ler aquilo, então ela não deve tornar público."

**Teóricos propõem ideias para proteger pessoas da ditadura digital do século 21**

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

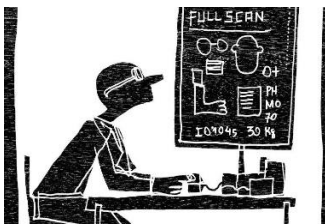


## **Para historiador, renda básica e ocupações com sentido são ideias contra um amanhã não humano**

É a partir de um cenário assustador que o israelense Yuval Noah Harari especula sobre o futuro do trabalho em “21 Lições para o Século 21” (Companhia das Letras).

Autor dos best-sellers “Sapiens: Uma Breve História da Humanidade” e “Homo Deus: Uma Breve História do Amanhã”, o historiador imagina, no livro mais recente, antídotos para um mundo em que sensores biométricos e algoritmos substituirão médicos, músicas serão criadas por computadores e robôs disputarão campeonatos de xadrez, dispensando adversários de carne e osso.

São só suposições, diz o autor. Mas ele não vê espaço para complacência, porque o surgimento de novas profissões não será suficiente para equilibrar as vagas extintas e ocupar grande parte da população. Se não a lição, o grande conselho de Harari é proteger pessoas, e não empregos.



Reprodução de xilogravura do artista Fernando Vilela - Fernando Vilela

Um caminho para assegurar a sobrevivência material seria garantir uma renda básica universal —ideia antiga que vem lá de Keynes (1833-1946).

O Brasil tem um bom modelo de renda básica, o da distribuição condicional: o Estado paga e tem contrapartida de quem recebe, como no caso do programa Bolsa Família, afirma Renan Pieri, professor da Fundação Getúlio Vargas e do Insper, especialista em economia do trabalho.

Porém, garantir a renda básica, além de depender de vontade política, traz pelo menos dois problemas —e Harari aponta o primeiro, que é conceitual: o que é básico?

“A noção de satisfação e felicidade é relativa, tem a ver com o que é oferecido, demandado e com comparações entre diferentes opções. Difícil imaginar uma sociedade como um todo que fique feliz com o que tem”, diz Pieri.

Já segundo Harari, a combinação de uma rede de segurança econômica universal com comunidades fortes e ocupações dotadas de sentido seria o modelo menos cruel para esse futuro pós-trabalho.



O historiador e escritor Yuval Noah Harari fala no Fórum Mundial Econômico de Davos, na Suíça - Sandra Blaser/Folhapress

O segundo problema é como a sociedade se organiza para viver no ócio, efeito possível da revolução tecnológica.

Nadya Araújo Guimarães, da USP, especialista em sociologia do trabalho, diz que o desaparecimento de muitos empregos não resultará necessariamente em uma massa

de ociosos. “No Brasil, as pessoas já vivem sem trabalho, e a resposta social é o oposto do ócio, é a hiperatividade”.

Sem emprego formal, boa parte se desdobra em multiatividades nômades —os bicos. E não só no Brasil. O sociólogo alemão Ulrich Beck profetizou em “The Brave New World of Work” (o admirável mundo novo do trabalho) a “brasilização do Ocidente”, referindo-se a massas de trabalhadores que se multiplicam em atividades para achar formas de sobrevivência.

A questão não é apenas se haverá trabalho, mas também se haverá trabalho de qualidade. É um dos pontos abordados na publicação “Thinking Society for the 21st Century” (Cambridge Press), relatório do Painel Internacional sobre Progresso Social (IPSP, na sigla em inglês), do qual participaram mais de 300 especialistas do mundo todo.

Qualidade de vida no trabalho ou fora dele depende de visão empresarial e políticas públicas e também abre espaço para novas ocupações.

Profissionais com habilidades para aglutinar e motivar pessoas ou cuidar da saúde mental e física devem encontrar um nicho de atuação que, por enquanto, não pode ser tocado por robôs.

Um indício disso é a expansão do mercado de cuidador de idosos ou doentes. A ocupação cresce exponencialmente desde 2013 nos gráficos da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), mostra Nadya.

Harari também diz que as atividades de cuidados, incluindo as voltadas a crianças, seguirão sendo “um bastião humano por muito tempo”.

“Consultor de longevidade” é outra carreira do futuro indispensável, segundo pesquisa sobre tendências de trabalho da consultoria de recrutamento Michael Page em parceria com analistas de tendências da Foresight Factory.

Além da área de inovação e de setores ligados a cuidados pessoais, saúde e qualidade de vida, o turismo também entra no jogo, aponta Roberto Picino, diretor-executivo da Michael Page. Aliás, quaisquer ofertas de entretenimento e lazer personalizadas, que ofereçam experiências (viagens para estudar e conhecer “segredos locais”, por exemplo).

Trabalhos assim, além de satisfazer demandas do ócio (o problema número dois ligado à renda básica), se enquadram no que Harari chama de “ocupações dotadas de sentido”. Mas mesmo essas não estão imunes a avanços tecnológicos.

Descobertas sobre processos bioquímicos ligados às emoções, algoritmos sobre gostos e aptidões e inteligência artificial poderiam determinar opções de lazer, cultura e mesmo arte no cenário mais distópico levantado por Harari, no qual viveríamos sob ditaduras digitais.

A hipótese não é compartilhada por Nadya. “Há momentos de saltos tecnológicos, mas as mudanças são cumulativas. Se a história serve para entender o presente e o futuro, ela nos diz que visões catastróficas não se realizam.”

**Mesmo banco não pode atuar em todos os elos de cartões, recomenda comissão do Senado**

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

## ***Relatório aprovado na CAE sugere que Cade proíba que mesmo grupo possua bandeira, emissor e credenciador de meios de pagamento***

Em relatório aprovado nesta terça-feira (4) na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), a comissão do Senado recomenda ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) que proíba que um mesmo grupo financeiro atue em todos os elos do sistema de pagamentos.

Em outras palavras, a sugestão, que pode ou não ser adotada pelo Cade, é que uma só instituição financeira não possa ser dona de bandeiras, emissoras e credenciadores de cartões, o que na avaliação da CAE prejudica a concorrência.

"Deveria ser considerada a possibilidade de proibição pelo CADE de que o mesmo grupo financeiro seja controlador de empresas que atuam em todos os elos do sistema de pagamentos: bandeira, emissão e credenciadora", afirma o relatório do senador Armando Monteiro (PTB-PE).

O documento é resultado das discussões de um grupo de trabalho que foi montado dentro da comissão para debater os elevados spreads bancários no Brasil (diferença entre o que os bancos pagam para captar recursos e o que cobram na ponta dos seus clientes) e apresentar sugestões para reduzir o custo do crédito.

O relatório afirma que proibir a atual "verticalização", como essa permissão para que um mesmo grupo atue em todos os elos da cadeia é chamada, pode ser mais efetivo do que multar eventuais excessos dos grupos financeiros.

"A forte verticalização do setor cria grandes entraves à competição", diz o texto.

### **GRANDES BANCOS X FINTECHS**

O texto diz também que é necessário que o Cade e o Banco Central impeçam condutas anticompetitivas por parte dos grandes bancos.

"É preocupante que o Cade tenha aprovado em 2016 a criação de um Birô de Crédito formado pelos 5 maiores bancos do país (GIC). É de grande importância que essa instituição atue para que as informações dos consumidores sejam efetivamente compartilhadas e acessíveis para entrantes no mercado de crédito, em particular fintechs."

Em relação ao Banco Central, a recomendação do relatório é que as instituições de pagamento não tenham necessariamente que aderir ao SCG (Sistema de Controle de Garantias), cuja governança é estabelecida pelos grandes bancos.

"[Em vez disso] o O Banco Central deveria estabelecer regras e padrões que viabilizem a criação de um sistema de registro de recebíveis de cartão de crédito."

O relatório lembrou que o BC colocou em consulta pública uma proposta para criar um sistema de registro de recebíveis de crédito que cria padrões para compartilhamento de informações dentro do sistema financeiro.

"Esse nos parece o caminho adequado para o fortalecimento das garantias de recebíveis de cartões de crédito, com consequente redução das taxas de juros, especialmente para as pequenas empresas."

Ainda na avaliação da CAE, o fato de serem os grandes bancos que estabelecem quais as garantias que serão aceitas acaba barrando a entrada de novos players no mercado.

"[Isso] dificulta o acesso ao crédito por parte de pequenas empresas, através das

chamadas travas bancárias (travas relacionais), que travam os recebíveis de cartão de crédito mesmo quando estes excedem o valor da transação."

## **LIMITE PARA CARTÃO DE CRÉDITO**

O relatório também estimulou que o BC fixe um limite para cobrança de tarifas em transações que usem cartão de crédito, assim como foi feito no caso dos cartões de débito.

Nas transações com débito, a taxa média de intercâmbio (que o credenciador paga ao emissor do cartão) foi estabelecida em 0,5% do valor da transação e limitada a 0,8%.

O objetivo é que essa redução seja repassada ao credenciador (empresa que credencia os estabelecimentos aptos a usar cartões), ao lojista e ao consumidor por meio da concorrência.

## **OPEN BANKING**

O texto defendeu ainda a adoção pelo Brasil de um sistema de open banking até o final do ano.

O open banking é um sistema pelo qual os bancos compartilham com terceiros, como por exemplo empresas de tecnologia financeira (fintechs), informações bancárias de correntistas que autorizarem essa divulgação.

É considerado um caminho para aumentar a concorrência, já que permite a essas empresas de tecnologia ter acesso a dados como padrão de gastos e histórico de pagamento de clientes.

O texto aprovado pela CAE defende que o open banking brasileiro não se limite a pagamentos, mas que seja estendido também a produtos de crédito, seguro e aplicações financeiras.

"Em particular, um sistema que permitisse a portabilidade de crédito seria importante para fomentar o mercado secundário de direitos creditórios, permitindo que empresas e consumidores obtenham ofertas mais vantajosas, como taxas de juros mais baixas e prazos de pagamento mais longos."

## **CADASTRO POSITIVO**

O relatório ainda recomendou ao Congresso Nacional a aprovação do cadastro positivo, que prevê a formação de uma lista de bons pagadores.

Os consumidores com bom histórico seriam incluídos automaticamente no cadastro, o que permitirá às novas empresas de tecnologia do setor financeiro, as chamadas fintechs, acesso a dados que hoje são restritos aos grandes bancos.

Outra recomendação do texto é a aprovação da nova lei de falências, que permite o fortalecimento das garantias oferecidas aos credores e que coloca os empréstimos concedidos durante o processo de recuperação judicial como prioridade de pagamento, atrás somente de direitos trabalhistas.

O relatório de Monteiro será encaminhado à presidência do Senado, e as propostas que envolvem atividade legislativa serão consideradas prioritárias.

## **IPC-C1 (baixa renda) cai 0,25% em novembro ante +0,53% em outubro, diz FGV**

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1) caiu 0,25% em novembro, após a alta de 0,53% registrada em outubro, informou na manhã desta quarta-feira, dia 5, a Fundação Getulio Vargas (FGV).

O indicador é usado para mensurar o impacto da movimentação de preços entre famílias com renda mensal entre um e 2,5 salários mínimos. Com o resultado, o índice acumulou alta de 3,84% no ano e avanço de 3,80% em 12 meses, segundo a FGV.

Em novembro, o IPC-C1 ficou abaixo da variação da inflação média apurada entre as famílias com renda mensal entre um e 33 salários mínimos, obtida pelo Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-BR), que teve queda de 0,17% no mês. No acumulado em 12 meses, a taxa do IPC-BR foi superior, com 4,24%.

## **PIB da construção deve crescer 1,3% em 2019, diz Sinduscon-SP**

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-12-2018)

O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) anunciaram nesta terça-feira, 4, a estimativa de que o Produto Interno Bruto (PIB) do setor subirá 1,3% em 2019. Este resultado, porém, dependerá do crescimento de 2,5% do PIB nacional no próximo ano.

Para o SindusCon-SP, essa projeção leva em consideração o início de uma retomada neste segundo semestre e a expectativa de uma política econômica de reequilíbrio das contas públicas, reforma da Previdência e desburocratização para empreender.

Com base nos dados do PIB do terceiro trimestre divulgados pelo IBGE recentemente e alta de 0,7% na construção, o SindusCon-SP estima que o PIB da construção em 2018 deve fechar em queda de 2,4%. Ainda segundo o IBGE, a taxa acumulada até setembro do PIB da construção é de recuo de 2,6%.

Apesar do cenário negativo, o ano indica uma leve melhora, com aumento nos lançamentos e vendas, redução de distratos, crescimento do crédito imobiliário e redução no número de demissões.

## **Mercedes-Benz vai contratar até 600 temporários para fábricas**

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Vagas de um ano estão abertas em São Bernardo do Campo (SP) e Juiz de Fora (MG)***

A Mercedes-Benz vai contratar até 600 funcionários temporários, com contratos de um ano, para suas fábricas de ônibus e caminhões em São Bernardo do Campo (SP) e Juiz de Fora (MG) em 2019, anunciou a montadora nesta terça-feira (4).

Do total de contratações, 400 metalúrgicos já estão sendo selecionados para ingressar na companhia em janeiro, a maior parte na fábrica de São Bernardo do Campo. Duzentas outras vagas serão preenchidas em abril, na fábrica paulista, “desde que o mercado de caminhões mantenha a tendência de expansão”, afirmou a companhia.



Atualização da fábrica da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo - Divulgação

Depois de quatro anos, a montadora volta a produzir com dois turnos em caminhões, tanto em São Bernardo do Campo quanto em Juiz de Fora (MG), e com três turnos em algumas áreas que incluem motores, câmbios e eixos.

O presidente-executivo da companhia para América Latina, Philipp Schiemer, afirmou a jornalistas que cerca de 12 mil pessoas já se candidataram para 400 posições em aberto.

“Faz muito tempo em que não estávamos otimistas assim”, disse Schiemer. “Se conseguirmos aprovar as reformas da previdência e tributária, acredito que teremos uma boa chance de que a recuperação da economia ocorra mais rápido.”

Segundo o executivo, as renovações de frota dos clientes já começaram a acontecer neste segundo semestre, motivadas por um ritmo mais forte de vendas e tendem a se acentuar ainda mais em 2019 e nos próximos anos, considerando um ambiente econômico mais favorável.

As vendas de caminhões estão sendo puxadas por atividades ligadas ao agronegócio, como transporte de grãos, cana-de-açúcar e madeira, assim como pela mineração, logística, combustíveis e produtos químicos, afirmou a montadora.

A expectativa da Mercedes-Benz é que o mercado brasileiro como um todo deva fechar 2018 com vendas de cerca de 80 mil caminhões e 14 mil ônibus. Para 2019, a companhia espera crescimento sobre esta base.

No acumulado de janeiro ao final de novembro, a Mercedes-Benz acumula crescimento de vendas de caminhões de cerca de 45% sobre o mesmo período do ano passado, para cerca de 19 mil unidades. As vendas de ônibus da companhia acumulam alta de 29% até o fim de novembro, para 6.912 veículos.

A empresa prevê investir entre este ano e 2022 cerca de R\$ 2,4 bilhões, metade dos quais a ser aplicado até 2019.

## **Audi vai investir R\$ 61 bilhões em carros elétricos e autônomos**

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

***No total, o investimento projetado pela montadora alemã para os cinco anos chega a R\$ 174 bilhões***

A Audi, a marca de luxo da Volkswagen anunciou nesta terça-feira (4) que vai investir € 14 bilhões (R\$ 61 bilhões) até 2023 em mobilidade elétrica, digitalização e direção autônoma.

No total, o investimento projetado pela montadora alemã para os cinco anos chega a € 40 bilhões (R\$ 174 bilhões), informou a Audi em um comunicado. A empresa também planeja medidas de reestruturação que vão gerar € 1 bilhão este ano.

"Esta rodada de planejamento traz uma mensagem clara: estamos assumindo uma abordagem muito sistemática sobre mobilidade elétrica e vamos nos focar nisso muito mais no futuro", disse o presidente interino do conselho de administração da Audi, Bram Schot.

"Estamos consistentemente priorizando nossos recursos para produtos e serviços orientados ao futuro que sejam altamente atrativos e relevantes para o mercado."



Lançamento do primeiro veículo totalmente elétrico da Audi, o utilitário esportivo e-tron - Joe White/Reuters

Em setembro, a montadora alemã fez o lançamento global de um novo veículo utilitário esportivo elétrico no território da rival Tesla e destacou acordo com a Amazon.com para facilitar a recarga dos modelos e-tron.

O SUV Audi e-tron de tamanho médio deve ser oferecido nos Estados Unidos no próximo ano a um preço inicial de US\$ 75,7 mil (R\$ 292 mil) antes de um crédito fiscal de US\$ 7.500 (R\$ 28,9 mil).

O modelo faz parte de uma série de veículos elétricos lançados por montadoras como Volkswagen, Mercedes-Benz, da Daimler, BMW, Volvo Cars e Jaguar Land Rover.

### **Ford tem queda na venda de veículos em novembro nos EUA, mas Fiat avança**

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

A Ford Motor reportou queda de 6,9% nas suas vendas de veículo em novembro, para 145.495, na comparação com igual mês do ano passado. A Fiat Chrysler, por outro lado, registrou avanço de 17%, para 181.310 veículos, na contramão da maioria das outras montadoras no período. Analistas estimam que, no total, as vendas de veículos nos EUA tenham caído 2% nos EUA em novembro, na comparação anual.

Os resultados da Fiat foram impulsionados pelas marcas Jeep e Ram, com altas de 12% e 44% no ano, respectivamente. Já as marcas Fiat e Chrysler tiveram ambas quedas de dois dígitos na mesma comparação.

Entre as montadoras japonesas, a Toyota Motor e a Honda Motor registraram queda em suas vendas em novembro nos EUA. A Toyota registrou baixa de 0,6% no ano, para 190.423 veículos, enquanto a Honda teve recuo de 9,5%, para 120.534 unidades.

### **Vale quer elevar para 95% a fatia das vendas do minério de alta qualidade**

04/12/2018 – Fonte: DCI

Impulsionada pela demanda da China, que luta para reduzir a poluição no país, a mineradora projeta avanço da produção em 2019 e anuncia investimentos de US\$ 4,4 bilhões no ano que vem. O projeto S11D de Carajás deve ter produção de 70 milhões a 80 milhões de toneladas de minério de ferro

A Vale pretende aumentar a fatia do minério de ferro de alta qualidade nas suas vendas para 95% nos próximos anos. Além disso, a mineradora projeta produção de 400

milhões de toneladas do seu principal produto para o ano que vem, avanço de 2,6% sobre a estimativa de 2018.

Segundo o diretor-presidente da Vale, Fabio Schvartsman, a ideia é passar dos atuais 81% de minério de ferro de alta qualidade para 95%. "Os prêmios são sustentáveis.

A China não pode parar a poluição sem que se produza aço com insumo melhor. As siderúrgicas respondem pela maior parte da poluição chinesa e a Vale é a principal fornecedora de minério verde", afirmou o presidente da companhia em apresentação realizada a investidores em Nova York.



Fabio Schvartsman destacou que os preços do minério sofreram uma acomodação para baixo nas últimas semanas, em decorrência do inverno na China, que geralmente tem um impacto negativo nas cotações.

"Estamos pensando em manter estoques para aproveitar a retomada de preços no início do ano que vem", revelou.

Apesar disso, ele entende que a demanda continua forte mesmo com o inverno na segunda maior economia do mundo, de modo que o efeito sazonal deve ser mais suave este ano.

"Há uma busca por maior qualidade na China ao mesmo tempo em que temos mais capacidade para entregar no projeto S11D na Serra de Carajás [PA]."

Já o diretor-executivo de finanças e relações com investidores, Luciano Siani Pires, ressaltou a importância dos investimentos pulverizados que a Vale fará em cada um dos segmentos que atua para aumentar a geração de caixa.

Em Carajás, por exemplo, serão investidos US\$ 770 milhões para colher um aumento esperado de US\$ 240 milhões no lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (Ebitda, na sigla em inglês) até 2023.

O projeto de pelletização de Gelado (Carajás), por sua vez, receberá aporte de US\$ 270 milhões, com efeito esperado de US\$ 70 milhões no Ebitda.

A pelletização no sudoeste receberá US\$ 820 milhões por US\$ 340 milhões de geração de caixa e as operações em Omã e na Malásia receberão investimentos de US\$ 30 milhões e US\$ 130 milhões respectivamente, para variações positivas esperadas no Ebitda de US\$ 60 milhões e US\$ 35 milhões.

Para o diretor-executivo de ferrosos e carvão, Peter Poppinga, a China está se tornando cada vez mais um mercado consumidor para pelotas, usadas na fabricação de aço. "Até a Europa está consumindo mais pelotas", comenta.

Ao todo, a Vale planeja investir US\$ 4,4 bilhões em 2019, ante US\$ 3,7 bilhões aportados neste ano. A companhia planeja extrair, em 2019, de 70 milhões a 80 milhões de toneladas de minério de ferro no projeto S11D, em Carajás.



Siani Pires conta ainda que em 2023 a Samarco deve estar operando novamente e não será mais um peso a ser carregado nos resultados trimestrais.

## Metais básicos

Ainda durante o Vale Day na Bolsa de Valores de Nova York, a companhia deu bastante destaque ao projeto de realizar uma mudança profunda no negócio de metais básicos.

“Todos os nossos executivos estão focados em entregar um *turnaround* em metais básicos, para trazê-los aos mesmos padrões das demais operações”, garante Schvartsman. “Precisamos estar preparados para entregar altas quantidades de níquel em condições competitivas para quando os carros elétricos se tornarem uma realidade”, explicou.

O executivo lembrou que as projeções do setor automotivo dão conta de 14 milhões de carros elétricos vendidos nos próximos cinco anos no mundo. Para esses automóveis, será essencial a bateria de níquel.

“Vamos mudar a administração e levar mais comprometimento e dinheiro para fazer o *turnaround*. Se decidíssemos fechar a operação e depois víssemos o preço do níquel disparar, não conseguiríamos viver com essa decisão”, admite o CEO da companhia.

## VW vai lançar sua última geração de motores a combustão em 2026

04/12/2018 – Fonte: Automotive Business

### **Meta é priorizar as novas tecnologias de propulsão, anunciou o chefe de estratégia da organização**

A **Volkswagen** planeja lançar em 2026 sua última geração de **motores a combustão**, segundo declarou Michael Jost ao Handelsblatt, chefe de estratégia da montadora, em um evento na Europa na terça-feira, 4. A partir daí a companhia concentrará todos os seus desenvolvimentos em motores elétricos, em um movimento que acompanha toda a indústria automotiva.

No caso da fabricante alemã, no entanto, a estratégia foi acelerada pelo dieselgate, a fraude no controle de emissões de milhões de motores a diesel descoberta em 2015. Por causa do escândalo, a empresa tem mais de € 27 bilhões em multas para pagar apenas na Europa.

Antes de eliminar os motores a combustão, a Volkswagen garante estar trabalhando para reduzir radicalmente o nível de emissões destes propulsores. Segundo a empresa, todas as referências e parâmetros internos para os desenvolvimentos estão mais apertados.

## Depois de 5 anos, Mercedes-Benz reabre 3º turno em São Bernardo

04/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 04-12-2018)



## **Impulsionada pelo mercado interno e por novos acordos de exportação, companhia vai contratar 600 colaboradores em 2019**

A **Mercedes-Benz** se prepara para um ciclo mais intenso de expansão do mercado interno de caminhões. A companhia anunciou na terça-feira, 4, que vai reabrir o terceiro turno de produção na linha de montagem de agregados, que incluem motores, câmbios e eixos, em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista.

Com isso, a área é a primeira da fábrica a voltar a operar nesse ritmo, algo que não acontecia desde 2013. Em paralelo, a companhia vai adotar o segundo turno de trabalho na montagem de caminhões depois de quatro anos de produção em apenas um turno – ou até menos do que isso em momentos mais agudos da crise.

Para dar suporte ao novo momento, a Mercedes-Benz vai contratar 600 colaboradores para suas operações em 2019. Em janeiro começam 400 novos funcionários e, em abril, chegam outros 200 trabalhadores.

Deste total, 40 atuarão na fábrica da companhia em Juiz de Fora (MG) e o restante ocupará posições na unidade de São Bernardo. Com a expansão, a empresa voltará a ter mais de 10 mil funcionários no País – antes da crise, em 2013, eram 14 mil colaboradores, número que Philipp Schiemer, presidente da empresa no Brasil, não espera atingir outra vez já que, desde então, o avanço da indústria 4.0 trouxe mais eficiência às operações.

“Estávamos inchados. Hoje conseguimos elevar os volumes sem precisar de tantos trabalhadores”, admite. Os novos contratos são temporários, de um ano, mas podem ser estendidos depois disso. Schiemer garante que a intenção é justamente esta.

*“Estamos otimistas como há muito tempo não ficávamos. Os juros estão baixos, a inflação sob controle e o Brasil tem demanda reprimida por caminhões”, diz*

Schiemer evita colocar muita expectativa no novo governo porque entende que, antes de qualquer coisa, é preciso ver como todo o discurso de campanha acontecerá na prática.

Ainda assim, ele acredita que se as promessas econômicas forem cumpridas, o potencial é de aumento da confiança na economia, o que considera ser o único aspecto que falta melhorar para que o mercado de caminhões se recupere de forma mais significativa.

## **CRESCIMENTO NO BRASIL E EXPECTATIVA DE AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES**

O presidente da Mercedes-Benz no Brasil lembra que há diferentes perfis de compradores de caminhões. O primeiro é composto de frotistas que buscam alta eficiência e, portanto, se empenham em manter a frota nova mesmo em momentos econômicos mais desafiadores.

Do outro lado estão transportadores ou donos de pequenos negócios que contam com um ou dois veículos próprios. “Esta parte do mercado não renovou seus modelos nos

últimos anos, então há uma demanda reprimida”, conclui, destacando um bom potencial para os próximos anos.

*“Quem tem só um caminhão investe apenas quando há confiança na economia, que é o que esperamos que aconteça a partir de agora. Vamos crescer dois dígitos em 2019”, estima.*

Segundo o executivo, 2018 tende a fechar com mercado interno de 70 mil caminhões, com expansão de 50%. “Se continuar assim, em breve estaremos acima das 100 mil unidades”, projeta, sem especificar quando espera que o País volte a este patamar.

Schiemer destaca que a Mercedes-Benz entregou 19 mil unidades até novembro deste ano, acompanhando a expansão do mercado e garantindo a liderança no segmento. “Em extrapesados nós ganhamos participação com o aumento da demanda pelo Actros”, diz, projetando novo aumento para 2019.

Apesar dos números expressivos, o mercado segue distante do recorde de 170 mil caminhões emplacados no auge deste mercado, em 2011. Por isso, mesmo depois de readequações, a Mercedes-Benz segue com 40% de ociosidade em suas operações locais. “Este índice já foi de 70% nos piores momentos do mercado”, lembra Schiemer, destacando o movimento de ascensão.

A recuperação, diz, deve receber reforço do mercado externo. Até novembro as vendas internacionais da montadora encolheram 17,7% para 10,8 mil caminhões por causa da crise na Argentina, principal destino dos veículos da companhia. O executivo reforça, no entanto, que se o país vizinho for excluído desta conta, o volume aumentou 30,4% já que a empresa fortaleceu as entregas para outras regiões, principalmente no Oriente Médio e na África.

*“A crise na Argentina atingiu o pico. As coisas devem melhorar em 2019. Também fechamos novos contratos para a exportação de motores para a Alemanha e o México”, conta.*

Segundo ele, os acordos firmados recentemente começam a valer em 2019 e vão resultar em produção adicional de 10 mil propulsores no Brasil, o que tornou ainda mais necessária a abertura do terceiro turno na fábrica.

## **SEGUNDA FASE DO PLANO DE INVESTIMENTO**

Este ano a Mercedes-Benz também conclui a primeira etapa de seu plano de investimentos que prevê o aporte de R\$ 2,4 bilhões na operação brasileira entre 2018 e 2022.

“No ano que vem começamos a segunda fase, com foco em deixar a logística da nossa fábrica mais eficiente e seguir com a implementação de conceitos da indústria 4.0 na nossa planta”.

**Importadores ficam abaixo da projeção de 40 mil unidades**

04/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 04-12-2018)



**novembro revelam No entanto, vendas no acumulado até alta de quase 30%**

A alta do dólar impediu em 2018 o crescimento mais significativo da venda de **importados**. No acumulado até novembro as 16 marcas filiadas à Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores (Abeifa) anotaram 34,2 mil emplacamentos, evidenciando que a estimativa de **40 mil unidades** para o ano não será atingida.

No entanto, a venda nestes 11 meses resulta em alta de 29,4% sobre igual período de 2017, ano em que os importadores ainda estavam sujeitos à cota máxima, imposta pelo Inovar Auto, de 4,8 mil unidades isentas da cobrança de 30 pontos percentuais extras de IPI.

“De qualquer forma, 2018 ficará marcado como o ano da recuperação do setor, depois de cinco anos de dificuldades por conta da sobretaxa do IPI. Devemos anotar um crescimento de cerca de 30% em relação a 2017”, afirma o presidente da Abeifa, José Luiz Gandini.

## **EVOLUÇÃO POR MARCA**

As cinco marcas associadas à Abeifa que mais venderam de janeiro a novembro de 2018 sobre iguais meses de 2017 foram a Kia Motors (10,7 mil unidades, alta de 39,6%), Volvo (6,1 mil, acréscimo de 94,6%), JAC Motors (3,7 mil, evolução de 15,2%), BMW (2,5 mil, crescimento de 28,2%) e Suzuki (2,3 mil, estável).

Surpreende o desempenho da Volvo. Em 2017 a empresa já planejava bater seu recorde no Brasil em 2018 com 6 mil unidades. Essa meta foi superada em apenas 11 meses. A renovação do SUV Volvo XC60, o lançamento do XC40 e o fim da cota de 4,8 mil carros sem sobretaxação explicam por que a marca sueca quase dobrou suas vendas em apenas um ano.

## **PRODUÇÃO LOCAL**

Entre as associadas à Abeifa que também têm produção nacional, BMW, Chery, Land Rover e Suzuki fecharam novembro com 2,2 mil unidades emplacadas ao todo, o que representou queda de 13% em relação a outubro de 2018, isso por causa do menor número de dias úteis. A comparação com novembro do ano passado revela alta 45,3%.

No acumulado do ano, o confronto com os 11 meses de 2017 mostra que a BMW produziu 7,7 mil unidades e cresceu 9,7%, a Caa Chery montou 7,5 mil carros e anotou alta de 124,1% e a Land Rover, com 4 mil veículos, recuou 4,9%.

## **Renault do Brasil defende a Aliança com Nissan**

04/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 04-12-2018)

**Luiz Pedrucci revela que associação no País rendeu os melhores resultados este ano**

A prisão no Japão e queda de Carlos Ghosn (leia mais [aqui](#)), principal executivo e arquiteto da **Aliança Renault-Nissan-Mitsubishi**, levantou dúvidas sobre a continuação da associação estratégica mantida há quase 20 anos entre Renault e Nissan, e desde o ano passado também com a incorporação da Mitsubishi ao grupo de sócios. Sobre isso, o presidente da **Renault do Brasil** e América Latina, Luiz Pedrucci, fez uma enfática defesa da eficiência e dos resultados obtidos pela parceria no mundo e mais especificamente no mercado brasileiro.

*"No Brasil, a Aliança Renault Nissan nunca foi tão frutífera e continua a todo o vapor, com parcerias diretas nos departamentos de compras e engenharia que este ano geraram os melhores resultados da história", afirma Luiz Pedrucci.*

Para o executivo, a Aliança "é uma joia construída ao longo de quase 20 anos que levou à criação da maior fabricante de veículos do mundo com três empresas trabalhando em conjunto", diz, referindo-se aos 10,6 milhões de veículos produzidos pelas três fabricantes em 2017, que colocaram a associação no topo entre os maiores do setor do mundo.

"Mas essa liderança não é um fim em si mesma, o que realmente conta é ter volume e escala para enfrentar os grandes desafios futuros do setor, que vão exigir grandes investimentos. Com produção maior, podemos diluir esses aportes e ser mais competitivos", avaliou Pedrucci, ao falar com jornalistas pouco antes da cerimônia de comemoração dos 20 anos de produção da fábrica da Renault em São José dos Pinhais (PR).

Pedrucci lembrou que o Brasil é um exemplo para a Aliança, pois foi na planta de São José dos Pinhais que as duas empresas originais da sociedade estabeleceram a primeira parceria real, ao compartilhar a mesma linha de produção na fábrica de veículos utilitários no Paraná, onde os Nissan Frontier e Livina foram produzidos desde 2001 até 2013 ao lado das vans Renault Master.

"Depois a Nissan precisou de mais capacidade e abriu sua própria planta em Resende (RJ). Mas aqui as empresas continuam trabalhando normalmente e crescendo com a parceria", ressaltou o presidente da Renault no Brasil.

Segundo ele, ainda não há data para a Mitsubishi se reunir à sociedade no Brasil. "Ainda é muito cedo para isso. Mas no futuro deveremos explorar sinergias também como há quase 20 anos fazemos com a Nissan", disse.